



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE ROTAS DE TRANSPORTE PARA SERVIDORES E COLABORADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, LOTADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA, NO PERCURSO DE IDA E VOLTA DO TRABALHO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA TRANSCETUR TRANSPORTADORA CEARENSE E TURISMO LTDA. (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8522190-86.2018.8.06.0000).*

CT Nº 69/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, e por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, em exercício Dr. Luís Valdemiro de Sena Melo, e a empresa **TRANSCETUR TRANSPORTADORA CEARENSE E TURISMO LTDA.**, com sede na Rua Paulo Gomes da Silva, nº 1000, Bairro Parque Soledade, em Caucaia-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.276.306/0001-14, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Francisco Herlon Moura de Paula, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 93002312263-SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 700.297.093-34, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal**

Fundamenta-se o presente Instrumento na as disposições contidas no art.24, inciso IV, da Lei nº 8666/93 e suas alterações, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado; e ainda conforme o pedido da Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE, constante no Processo Administrativo nº 8522190-86.2018.8.06.0000, e sobretudo no parecer da Consultoria Jurídica, datado de 29 de 11/2018, devidamente aprovado pelo Exmo.Des.Presidente do TJCE.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

O Objeto deste Instrumento consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de rotas de transporte rastreadas para servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, lotados no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, no percurso de ida e volta do trabalho**, de acordo com a tabela abaixo:

ROTA Nº	KM RESID. TJCE	KM TJCE RESID.	KM TOTAL IDA E VOLTA	DIAS ÚTEIS POR MÊS	KM POR MÊS	KM POR SEMESTRE
01	26,50	24,30	50,80	21	1.066,80	6.400,80
02	18,20	17,10	35,80	21	741,30	4.447,80
03	33,30	34,40	67,70	21	1.421,70	8.530,20
04	25,80	25,4	51,20	21	1.075,20	6.451,20
05	23,90	23,50	47,40	21	995,40	5.972,40
06	23,80	22,00	45,80	21	961,80	5.770,80
07	23,00	24,80	47,80	21	1.003,80	6.022,80
08	24,30	24,30	48,60	21	1.020,60	6.123,60
TOTAL DE KM SEMESTRAL						49.719,60



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.

***Cláusula Terceira – Das Obrigações***

São obrigações das partes neste Contrato:

***Parágrafo Primeiro – DO CONTRATANTE:***

- I) Indicar os trechos e horários das rotas a serem seguidos, e o perímetro percorrido;
- II) Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- III) Fiscalizar a realização dos serviços, devendo, em decorrência de irregularidades, solicitar providências à CONTRATADA;
- IV) Aplicar as penalidades previstas neste Contrato, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir com o serviço contratado;
- V) Efetuar o pagamento das faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela CONTRATADA;
- VI) Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais de cobranças emitidas pela CONTRATADA;
- VII) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização da prestação dos serviços listados neste Contrato.

***Parágrafo Segundo – DA CONTRATADA:***

- I. Prestar os serviços contratados, atendendo fielmente às necessidades constantes do objeto do contrato.
- II. Cumprir os horários estabelecidos pelo TJCE, para prestação de serviços, com estrita observância da legislação trabalhista e conforme roteiros previstos no Anexo I deste contrato.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

III. No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deve nomear um preposto operacional que será o contato imediato do fiscal do contrato para resolução de qualquer assunto correlacionado com o objeto contratado.

IV. Adotar as providências necessárias quanto aos cuidados relativos à manutenção preventiva e corretiva, bem como veículos e motoristas reservas, para evitar que os serviços não sofram qualquer tipo de descontinuidade. Em caso de acidentes ou panes em geral que impossibilitem a locomoção do veículo, o mesmo deve ser substituído em no máximo 1 (uma) hora após comunicado o sinistro ao responsável operacional da CONTRATADA.

V. Não modificar, sob qualquer pretexto, os roteiros estabelecidos no Anexo I deste Contrato, salvo sob solicitação do Fiscal ou Gestor do Contrato em atendimento a alguma determinação do TJCE ou em caso superveniente ou de força maior que impossibilitem a execução, apresentando a devida justificativa.

VI. É obrigatório o uso de fardamento e crachá da CONTRATADA, pelos condutores que deverão ter seus nomes e contatos telefônicos informados à CONTRATANTE.

VII. Responder a qualquer ônus do contrato, tais como taxas, impostos e quaisquer exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade pactuada.

VIII. Assumir as responsabilidades pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do contrato.

IX. Manter-se, durante todo o período da execução do Contrato e eventuais aditivos, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

X. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato com o Tribunal de Justiça.

XI. Conceder ao CONTRATANTE o direito de exercer prévia fiscalização sobre os serviços em andamento, permitindo acesso em suas dependências e aos seus veículos, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- XII.** Protocolar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, relatório e solicitação de pagamento impresso na Coordenadoria de Protocolo do TJCE.
- XIII.** Fornecer lista com a identificação das placas dos veículos a serem utilizados em cada rota, informando também em caso de substituição dos mesmos via e-mail [transportes@tjce.jus.br](mailto:transportes@tjce.jus.br).
- XIV.** Caberá a empresa CONTRATADA, possuir de Ouvidoria interna, para fins de dúvidas, sugestões e reclamações.
- XV.** Os condutores deverão possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA.
- XVI.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE, justificadamente.
- XVII.** Vistoriar diariamente todos os ônibus ao final de cada viagem, e deixando sob guarda do Fiscal ou Gestor do contrato, quaisquer objetos ou valores encontrados.
- XVIII.** A CONTRATADA não poderá permanecer com seus veículos dentro do Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, durante o intervalo compreendido entre a chegada e saída, tendo uma tolerância de 45 (quarenta e cinco) minutos para fazê-lo, salvo por motivo de defeito que inviabilize a remoção do veículo, caso em que terá um prazo de 3 (três) horas para removê-lo ou após expressa autorização do TJCE.
- XIX.** Manter junto ao veículo e de posse do condutor desenho do trajeto, bem como os nomes das vias que compõem o trajeto em local legível para os passageiros.
- XX.** Prestar serviço adequado, na forma prevista em normas legais, regulamentares e pactuada neste contrato.
- XXI.** Efetuar o reabastecimento e manutenção em locais apropriados, e sem passageiros a bordo.
- XXII.** Prestar aos usuários, quando solicitados, as informações necessárias principalmente sobre itinerários, tempo de percurso, e distâncias.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**XXIII.** É vedado o transporte do pessoal da contratada quando em serviço, exceto o condutor.

**XXIV.** Os prepostos, empregados e contratados da contratada, ou quem quer que atue em seu nome, deverão:

- a. Conduzir-se com atenção e urbanidade para com os usuários do serviço e representantes do Poder Concedente no exercício de suas funções;
- b. Apresentar-se em serviço corretamente uniformizados e identificados com o respectivo crachá.

**XXV.** Apresentar apólice do seguro de responsabilidade civil dos usuários dos serviços contratados para os veículos destinados a prestação dos serviços emitida em nome da contratada com vigência durante toda a viagem.

- a. O seguro estabelecido no item anterior, não substitui, nem se confunde com o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre DPVAT.
- b. O valor mínimo de seguro de responsabilidade civil será definido e autorizado pela ANTT.

**XXVI.** De acordo com a Resolução do CNJ n. 7, de 18.10.2005, alterada pela Resolução 229/2016, constitui prática de nepotismo a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

a. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

b. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação da contratação.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

c. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

***Cláusula Quarta – Das Especificações dos Serviços***

Os serviços compreendem a realização do trajeto diário por meio das rotas de transporte de servidores e colaboradores, composto por 8 (oito) veículos tipo ônibus semi leito para o Lote Único, que realizarão o trajeto compreendido entre o Palácio da Justiça, localizado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima S/N e as principais avenidas, cada uma, de acordo com os trajetos especificados no Anexo I deste contrato, visando auxiliar os servidores e colaboradores na chegada e saída do trabalho.

***Parágrafo Primeiro*** – Como forma de padronização, cada rota obedecerá ao trajeto especificado no Anexo I deste Contrato, o qual não poderá sofrer alteração sem justificativa, e esta deverá ser comunicada pela CONTRATADA, no máximo em 48 (quarenta e oito) horas do fato ocorrido, via ofício protocolado na sede do Tribunal de Justiça do Ceará ou via correio eletrônico para o fiscal do contrato, através do e-mail [transportes@tjce.jus.br](mailto:transportes@tjce.jus.br).

***Parágrafo Segundo*** – A rota chegará ao Tribunal no horário correspondente ao início da jornada de trabalho. No retorno do TJCE, os veículos devem estar estacionados em locais a serem determinados pelo TJCE com, no mínimo, 15 (quinze) minutos que antecedem o início das rotas no local da partida, indicado por placas, localizado na lateral do prédio do Palácio da Justiça.

***Parágrafo Terceiro*** – Os horários de chegada e saída do TJCE poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência da Administração e serão comunicados à CONTRATADA através de ofício do Fiscal do Contrato informando os novos horários com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Parágrafo Quarto** – As alterações de veículos e condutores ficam sob administração da CONTRATADA, devendo ser notificadas ao TJCE, no máximo em 48 (quarenta e oito) horas, no moldes do **parágrafo segundo da presente cláusula**, para que a mesma esteja com as informações atualizadas para repassar aos usuários.

**Parágrafo Quinto** – Durante o percurso de ida ao TJCE, poderão ter acesso aos ônibus apenas os servidores e colaboradores que estejam nas paradas destinadas aos ônibus de transporte público, localizadas no trajeto da referida rota, com a apresentação de identificação funcional (crachá ou identidade funcional). Já no trajeto de retorno do TJCE, os usuários poderão desembarcar do veículo nas paradas destinadas aos ônibus de transporte público, localizadas no trajeto da referida rota solicitando ao motorista com antecedência.

**Cláusula Quinta – Das Especificações dos Veículos**

Os veículos das rotas serão do tipo ônibus semi leito e devem conter no mínimo os seguintes itens:

- I. Ar-condicionado;
- II. Poltronas tipo semi leito e gabinete sanitário;
- III. O tempo de uso de acordo com o certificado de registro e licenciamento do veículo – CRLV, não pode ser superior a 7 (sete) anos;
- IV. Identificação no pára-brisa de qual rota pertence e o nome da Instituição (eletrônico ou físico);
- V. Capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) lugares sentados;
- VI. Demais itens obrigatórios conforme legislação de trânsito vigente.
- VII. Toda a frota locada deverá possuir as características, especificações e padrões técnicos conforme Resolução ANTT n. 4130/2013 e suas atualizações.

*[Assinaturas manuscritas]*



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***Cláusula Sexta – Do Recebimento e Aceitação dos Serviços***

Os serviços somente serão recebidos pelo CONTRATANTE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente por um funcionário da Secretaria de Administração do TJCE, através da Seção de Transporte para posterior verificação, fundamentado no Art. 73, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Parágrafo Segundo** – Após apresentação de fatura, conforme descritos na Cláusula Doze (Do pagamento), serão analisados os valores apresentados para emissão do atesto pelo Fiscal do Contrato, com posterior encaminhamento ao Gestor do Contrato para autorização de pagamento.

***Cláusula Sétima – Da Fiscalização***

Quanto à fiscalização contratual:

**Parágrafo Primeiro** – O contrato de prestação dos serviços objeto deste contrato será gerido pela Gerência de Suprimentos e Logística e fiscalizado pela Seção de Transporte por servidor designado para este fim, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Parágrafo Segundo** – A indicação do gestor, do fiscal e de seus substitutos caberá aos setores requisitantes dos serviços ou poderá ser estabelecida em normativo próprio de cada órgão ou entidade, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

**Parágrafo Terceiro** – Para o exercício da função, o gestor e fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

**Parágrafo Quarto** – Na indicação de servidor, devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação.

***Cláusula Oitava – Do Ordenador de Despesas e Gestor do Contrato***

A ordenação de despesas, bem como a gestão deste Contrato será realizada pelos responsáveis enunciados nesta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro** – Ordenadores de Despesa: Presidente do TJCE e Secretário de Administração e Infraestrutura, em consonância com o art. 15 da Portaria TJCE n. 842/2017.

**Parágrafo Segundo** – Gestor – Gerente da Gerência de Suprimento e Logística do TJCE.

***Cláusula Nona – Do Valor do Contrato***

O valor estimado total deste contrato é de R\$ 546.915,60 (quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e quinze reais e sessenta centavos).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Incluem-se no valor acima todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

***Cláusula Décima – Dos Recursos Orçamentários***

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200121.02.122.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04200121.02.122.500.22576.1500000.33903900.21500.1.20

04100111.02.122.500.22494.15.33903900.10000.0.20

***Cláusula Décima Primeira – Do Prazo de Vigência do Contrato***

A contratação será apenas durante o prazo necessário para a contratação de empresa vencedora da licitação para execução do objeto ou por período não superior a 180 dias, iniciando-se em 02 de dezembro do corrente ano, devendo ser rescindido tão logo se conclua o processo licitatório para a contratação dos mesmos serviços, observando-se o disposto nos artigos 24 e 26 da Lei no 8.666/1993.

***Cláusula Décima Segunda – Do Pagamento***

Devem ser obedecidos para medição e pagamento deste Contrato os critérios descritos nesta cláusula.

**Parágrafo primeiro** – A CONTRATADA deverá protocolar a documentação necessária junto a Coordenadoria de Protocolo do CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos serviços realizados.

**Parágrafo Segundo** – Os Documentos para apresentação na solicitação de pagamento são:

- I. Nota Fiscal;
- II. Relatório consolidado da realização das rotas no mês;
- III. Certidão quanto a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Administração Nacional, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- IV. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais administradas pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- V. Documento comprobatório de inexistência de débito como Instituto Nacional de Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND);
- VI. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- VII. Certidão de Quitação dos Débitos Estaduais, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- VIII. Certidão de Quitação dos Débitos Municipais, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- IX. Comprovante de CNPJ junto a Receita Federal.
- X. Comprovante de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei N° 12.440/2011;

**Parágrafo Terceiro** – Caso a Fatura seja apresentada após o prazo constante no **parágrafo primeiro desta cláusula**, o pagamento será efetuado no mês posterior da apresentação dos documentos.

**Parágrafo Quarto** A fatura deverá corresponder ao período de 1 (um) mês, considerando os serviços prestados das 00h00min do primeiro dia do mês de referência às 23h59min do último dia do mesmo mês, contendo os valores gastos por tipo de serviço e por veículo.

**Parágrafo Quinto** – O pagamento referente aos serviços será realizado por meio de depósito bancário preferencialmente nas agências do BANCO BRADESCO S/A, devendo as solicitações de pagamento, referentes à execução dos serviços previamente autorizadas, serem entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos mesmos, e o pagamento deverá ser realizado, sem quaisquer acréscimos e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo(s) setor(es) competente(s) deste Tribunal de Justiça. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, CNPJ nº 41.655.846/0001-47.

**Parágrafo Sexto** – Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplência contratual, inclusive no que se refere à apresentação do demonstrativo dos serviços executados, podendo serem as mesmas descontadas da fatura após autorização pela CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** – O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste contrato.

**Parágrafo Oitavo** – O valor mensal cobrado será calculado conforme fórmula abaixo:



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

$$VM = \sum QD \times VQ$$

Onde:

VM = Valor Mensal;

$\sum QD$  = Somatório das quilometragens diárias realizadas;

e VQ = Valor unitário do quilômetro.

**Parágrafo Nono** – As quilometragens diárias deverão respeitar as descritas no Lote único (Rota 1 à Rota 8 ).

**Parágrafo Décimo** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

***Cláusula Décima Terceira – Do Reajuste***

O valor do contrato será fixo e irreajustável.

***Cláusula Décima Quarta – Da Garantia Contratual***

No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá prestar ao CONTRATANTE, a título de garantia, a quantia equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor global do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, conforme IN n. 5 de 26.5.2017 da SLTI/MPOG.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Parágrafo Primeiro** – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II. Prejuízos diretos causados ao TJCE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE à CONTRATADA; e
- IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**Parágrafo Segundo** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Terceiro** – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica, a ser indicada, com correção monetária.

**Parágrafo Quarto** – A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

**Parágrafo Quinto** – Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**Parágrafo Sexto** – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**Parágrafo Sétimo** – Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), conforme cláusula dezoito (sanções administrativas);

II. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

III. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**Parágrafo Oitavo –** Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. Com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no caput desta cláusula, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

***Cláusula Décima Quinta – Das Sanções***

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, às sanções e penalidades administrativas, conforme previsão nesta Cláusula, sem prejuízo das sanções legais, descritas nos artigos 86 a 88 da Lei n.8.666/1993 e responsabilidades civil e criminal.

**Parágrafo Primeiro –** Independente da aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão relativas à execução do certame, a empresa vencedora, uma vez contratada, sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas neste contrato pelo cometimento das infrações e/ou faltas listadas abaixo:

- I. Não cumprimento de cláusulas do contrato, especificações ou prazos;
- II. Cumprimento irregular de cláusulas do contrato, especificações ou prazos;
- III. Atraso injustificado no início da execução dos serviços;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IV. Paralisação da execução do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao fiscal responsável;

V. Subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação da contratada com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do contrato;

VI. Desatendimento das determinações regulares do gestor do contrato, assim com as de seus superiores;

VII. Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto;

VIII. Quaisquer condutas que evidenciem prejuízos a regular execução do objeto, as quais serão passíveis de punição, devendo a autoridade competente decidir, segundo a natureza da infração e o prejuízo causado à CONTRATANTE, qual sanção administrativa aplicar a empresa infratora.

**Parágrafo Segundo** – As sanções administrativas, sem prejuízo das sanções legais, além da responsabilização civil e criminal da contratada, poderão ser de:

I. Advertência;

II. Multa, na forma prevista neste documento;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V. Rescisão contratual na forma do art. 77 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**Parágrafo Terceiro** – Segue abaixo tabela com as sanções e seus níveis de graduação:

DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	SANÇÃO
1. Veículo em desconformidade com as especificações constantes no contrato, desde que não gere prejuízo ou risco eminente ao usuário;	Advertência



DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	SANÇÃO
<p>2. Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE;</p> <p>3. Substituição de veículo sem o devido conhecimento da CONTRATANTE;</p> <p>4. Falta de educação e urbanidade dos condutores no tratamento com os usuários;</p> <p>5. Falta de higiene nas dependências dos veículos;</p> <p>6. Deixar de informar alteração dos veículos ou condutores na realização da rota;</p>	
<p>1. Ser reincidente em descumprimento já punido com advertência dentro de um período de 30 (trinta) dias;</p> <p>2. Descumprimentos de até cinco dias úteis consecutivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Veículo em desconformidade com as especificações constantes no contrato, com prejuízo ou risco iminente ao transporte dos usuários;</li> <li>• Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE, com prejuízo ao transporte dos usuários;</li> <li>• Atraso maior que o previsto 1 (uma) hora], na substituição de veículo com problema;</li> </ul>	<p>Multa de 1,5% ao dia sob valor mensal da rota específica</p>
<p>• Descumprimentos por mais de cinco dias úteis consecutivos e até vinte e um dias úteis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Veículo em desconformidade com as especificações constantes no contrato, com prejuízo ou risco iminente ao transporte dos usuários;</li> <li>• Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE, com prejuízo ao transporte dos usuários;</li> <li>• Atraso maior que o previsto 1 (uma) hora], na substituição de veículo com problema;</li> </ul>	<p>Multa de 2% ao dia sob valor mensal da rota específica</p>

15/

4

17

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descumprimentos superiores a vinte e um dias úteis: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Veículo em desconformidade com as especificações constantes no contrato, com prejuízo ou risco iminente ao transporte dos usuários;</li> <li>○ Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE, com prejuízo ao transporte dos usuários;</li> <li>○ Atraso maior que o previsto 1 (uma) hora], na substituição de veículo com problema;</li> </ul> </li> </ul>	Multa de 2,5% ao dia sob valor mensal da rota específica
1. Não providenciar a regularização do veículo, nos moldes deste termo, em 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação pela CONTRATANTE;	Multa de 2% do valor mensal do conjunto de rotas por ocorrência
1. Pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato, no prazo de 7(sete) dias úteis, contados da notificação	Multa de 5% do valor Global do Contrato
1. Deixar de realizar qualquer viagem de uma das rotas contratadas, ida ou volta	Multa de 10% do valor mensal da rota específica por ocorrência
1. Inexecução de todas as viagens (ida ou volta)	Multa de 15% do valor mensal do conjunto de rotas por ocorrência

**Parágrafo Quarto** – Nos casos omissos, serão aplicadas as sanções após o devido processo administrativo, resguardados os princípios de proporcionalidade e igualdade com base nas sanções existentes, sempre equivalente ao prejuízo ou transtorno causado.

**Parágrafo Quinto** – O valor da multa será descontado da garantia contratual a ser efetuada pela contratada.

**Parágrafo Sexto** – Se o valor da garantia for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

**Parágrafo Sétimo** – O contrato, nos casos previstos na legislação, será cancelado pela Presidência do Tribunal de Justiça após formalização da Secretaria de Administração e Infraestrutura, sendo assegurado ao fornecedor o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**Parágrafo Oitavo** – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada ao Tribunal de Justiça, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



**Parágrafo Nono** – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

**Parágrafo Décimo** – As multas a que se referem os parágrafos anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contato e aplique outras sanções, tudo conforme previsão na Lei n. 8.666/1993.

#### ***Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão***

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993.

**Parágrafo Primeiro** – Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral do CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

**Parágrafo Segundo** – A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

**Parágrafo Terceiro** – A Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

**Parágrafo Quarto** – Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- I) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;
- II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III) Judicial, nos termos da legislação.

**Parágrafo Quinto** – DA RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS – A rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993 obedecerá ao previsto no § 2º do artigo 79 da mesma Lei.

**Parágrafo Sexto** – DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA POR INADIMPLÊNCIA CULPOSA – A rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993 acarreta as consequências previstas no artigo 80 da mesma Lei.

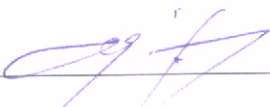
**Parágrafo Sétimo** – A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

**Cláusula Décima Sétima – Do Foro**

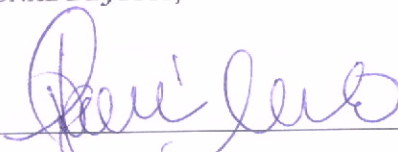
Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

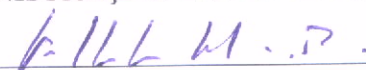
Fortaleza, 29 de NOVEMBRO de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Francisco Gladysson Pontes**

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ-CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
**Sr. Luís Valdemiro de Sena Melo**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE, em exercício**

  
\_\_\_\_\_  
**SR. FRANCISCO HERLON MOURA DE PAULA**

**REP. LEGAL DA EMPRESA TRANSCETUR TRANSPORTADORA CEARENSE E TURISMO LTDA.**

**CONTRATADA (ASSINATURA/CARIMBO)**

Testemunhas: \_\_\_\_\_



ANEXO – LOTE I

ROTA DE TRANSPORTE Nº 01  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- **AV. MONSENHOR TABOSA**  
- **AV. BARÃO DE STURDAT**  
RUA TENENTE BENEVOLO  
AV. RUI BARBOSA  
AV. SANTOS DUMONT  
RUA FONSECA LOBO  
RUA FREDERICO BORGES  
RUA TAVARES COUTINHO  
AV. ENGENHEIRO ALBERTO SÁ  
RUA VALDETARIO MOTA  
RUA DR. GILBERTO STUDART  
RUA JOSÉ BORBA VASCONCELOS  
RUA ANDRADE FURTADO  
AV. CENTRAL  
RUA DR FRANCISCO MATOS  
RUA BENTO ALBUQUERQUE  
RUA BATISTA DE OLIVEIRA  
AV. PE ANTONIO TOMAS  
RUA LIGIA MONTE  
AV. SEBASTIAO DE ABREU  
A. WASHINGTON SOARES  
RUA NELSON STUDART  
RUA CAIO CID  
AV. DR VALMIR PONTES  
AV CONTORNO  
RUA CIDADE ECOLOGICA  
RUA DOS COQUEIROS  
RUA ESIO LIMA VERDE  
RUA GUIDO FURTADO PINTO  
RUA D  
RUA ROBERTO SILVA  
RUA HIL MORAES  
AV. CORONEL MIGUEL DIAS  
RUA GOTRAN GIFFONI  
REV. BOLIVAR PINTO BANDEIRA  
RUA LUIZA MIRANDA COELHO  
AV. PINTO BANDEIRA  
RUA GENERAL CAIADO DE CASTRO  
AV. JOSE LEON  
RUA PADRE JANUARIO CAMPOS  
AV. OLIVEIRA PAIVA  
RUA VISCONDE DE BARBACENA  
RUA PEDRO FIRMEZA  
RUA DR JOSE FURTADO  
AV. PEDRO LAZAR  
AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
**AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE**

Quilômetros percorridos: 26,5 KM.



ROTA DE TRANSPORTE Nº 01  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**-AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE LIMA ( CAMBEBA )**

- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
  - AV.PEDRO LAZAR
  - RUA DR. JOSÉ FURTADO
  - AV. OLIVEIRA PAIVA
  - RUA JUIZ DE FORA
  - AV. JOSÉ LEON
  - RUA IEDA PEREIRA
  - AV. CEL.JOSÉ PHILOMENO GOMES
  - AV.PINTO BANDEIRA
  - RUA DR. FRANCISCO GADELHA
  - RUA ÉFESIO
  - RUA LUIZA MIRANDA COELHO
  - RUA REV. BOLIVAR PINTO BANDEIRA
  - RUA DR. THOMPSON BULCÃO
  - AV. DR. VALDIMIR PONTES
  - AV. CONTORNO
  - RUA CIDADE ECOLOGICA
  - RUA DOS COQUEIROS
  - RUA ESIO LIMA VERDE
  - RUA G
  - RUA GUIDO FURTADO PINTO
  - RUA D
  - RUA ROBERTO SILVA
  - RUA HIL MORAES
  - AV. WASHINGTON SOARES
  - AV. SEBASTIÃO DE ABREU
  - AV. PE ANTONIO TOMAS
  - RUA ANDRADE FURTADO
  - AV. CENTRAL
  - RUA DR. FRANCISCO MATOS
  - AV. SANTOS DUMONT
  - AV. ALMIRANTE HENRIQUE SABOIA
  - RUA PROFESSOR SILA RIBEIRO
  - AV. ENGENHEIRO SANTANA JUNIOR
  - RUA AVILAR GOULART
  - RUA VALDETARIO MOTA
  - AV. JULIO DE ABREU
  - AV. DOM LUIS
  - RUA TIBURCIO CAVALCANTE
  - RUA DEP. MOREIRA ROCHA
  - AV. RUI BARBOSA
  - RUA COSTA BARROS
  - RUA JOAO CORDEIRO
  - AV. MONSENHOR TABOSA
- Quilômetros percorridos: 24,3 KM.



ROTA DE TRANSPORTE Nº 02  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- AV. IMPERADOR( C/ RUA SÃO PAULO)  
AV. DUQUE DE CAXIAS  
AV. HERACLITO GRAÇA  
RUA IDELFONSO ALBANO  
AV. ANTONIO SALES  
AV. BARÃO DE STURDAT  
RUA ANTÔNIO FURTADO  
AV. RUI BARBOSA  
AV. PONTES VIEIRA  
RUA ISAC AMARAL  
AV. GOVERNADOR RAUL BARBOSA  
BR-116  
AV. OLIVEIRA PAIVA  
AV. DESEMBARGADOR GONZAGA  
RUA JOAOZITO ARRUDA  
RUA MARECHAL LOTT  
AV. VIENA WEYNE  
AV. PEDRO LAZAR  
AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
**AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE**

Quilômetros percorridos: 18,2 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 02

ROTA DE TRANSPORTE Nº 02  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**-AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE LIMA ( CAMBEBA )**  
AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
-AV.PEDRO LAZAR  
-RUA WALTER PORTO  
-RUA MARECHAL LOTT  
-AV. DESEMBARGADOR GONZAGA  
-AV. ROGACIANO LEITE  
-AV. WASHINGTON SOARES  
-AV. ENGENHEIRO SANTANA JUNIOR  
-RUA ISRAEL BEZERRA  
-RUA DR. EDMILSON BARROS OLIVEIRA  
-AV. SENADOR VIRGILIO TAVORA  
-AV. PONTES VIEIRA  
-RUA JÚLIO SIQUEIRA  
-RUA JOSÉ VILAR  
-RUA PADRE VALDEVINO  
-RUA JOÃO CORDEIRO  
-AV. HERACLITO GRAÇA  
-AV. DUQUE DE CAXIAS  
**-AV. TRISTÃO GONÇALVES ( ESQUINA C/ RUA SÃO PAULO)**

Quilômetros percorridos: 17,1 KM.

up

.

1/2

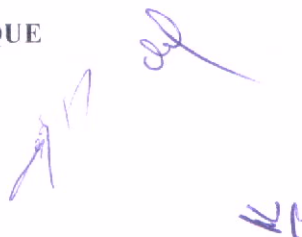
1/2

ROTA DE TRANSPORTE Nº 03  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**-RUA JARDIM FLUMINENSE( ESQUINA OSORIO DE PAIVA )**

- RUA RAIMUNDO ARISTIDES
- RUA PROFESSOR CABRAL
- RUA TULIPA NEGRA
- RUA SÃO FIDELIX
- AV. CONTORNO SUL
- AV.F
- AV. B
- RUA MARIA GOMES DE SÁ
- RUA NORDICA
- RUA MARQUES ABRANTES
- AV. GODOFREDO MACIEL
- RUA CORONEL TIBURCIO
- AV. PRESIDENTE COSTA E SILVA
- AV. BERNARDO MANUEL ,
- JOAO ARAUJO DE LIMA
- AV. G
- AV. L
- AV. D
- RUA N
- RUA JOSÉ MATIAS DOS SANTOS
- RUA VAL PARAISO
- RUA SALMÃO
- AV. CASTELO DE CASTRO
- AV. JORNALISTA TOMAS COELHO
- RUA EDUARDO PORTO
- RUA CORONEL FRANCISCO PEREIRA
- RUA PADRE CARLOS DE ALENCAR
- AV. FREI CIRILO
- RUA LETICIA
- RUA CEL. JOÃO DE OLIVEIRA
- AV. MÉN DE SÁ
- RUA DR JOAQUIM BENTO
- AV. ODILON GUIMARAES
- RUA PAULO FREIRE
- RUA JOSE EUCLIDES FERREIRA GOMES
- RUA NELSON COELHO
- RUA FRANCISCO LEANDRO
- AV. WASHINGTON SOARES
- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE

Quilômetros percorridos: 33,3 KM.





ROTA DE TRANSPORTE Nº 03  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE**  
AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
WASHINGTON SOARES  
RUA GUILHERME PESSOA  
AV. MEM DE SÁ  
RUA DR JOAQUIM BENTO  
AV. ODILON GUIMARAES  
AV. AURINO COLARES  
RUA PAULO FREIRE  
RUA JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES  
RUA NELSON COELHO  
RUA FRANCISCO LEANDRO  
RUA VASCO ATAÍDE  
AV. FREI CIRILO  
RUA TENENTE JURANDIR ALENCAR  
AV. JORNALISTA TOMAZ COELHO  
AV. CASTELO DE CASTRO  
RUA DIADEMA  
RUA VAL PARAISO  
AV. D  
AV. L  
AV. G  
AV. JOÃO DE ARAUJO LIMA  
AV. BERNARDO MANUEL  
RUA G  
RUA D  
AV. PRESIDENTE COSTA E SILVA  
RUA CORONEL TIBURCIO  
RUA OSCAR BENEVIDES  
AV. GODOFREDO MACIEL  
RUA MARIA GOMES DE SÁ  
AV. B  
AV. PENETRAÇÃO OESTE  
RUA GETULIO VARGAS  
RUA ARI LOBO  
**RUA JARDIM FLUMINENSE ( ESQUINA C/ OSORIO DE PAIVA )**

Quilômetros percorridos: 34,4 KM.

64

17

12

ROTA DE TRANSPORTE Nº 04  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**-RUA DOM HENRIQUE( ESQUINA C/ DR STENIO GOMES)**

-AV- OSORIO DE PAIVA  
-RUA NAPOLEÃO QUEZADO  
-RUA CONEGO DE CASTRO  
-RUA LINS DO RÊGO  
-RUA ESPANHA  
-RUA NEREU RAMOS  
-AV. GODOFREDO MACIEL  
-RUA HOLANDA  
-RUA DEZ  
-RUA CINCO  
-RUA JOAQUIM JERONIMO  
-RUA BENJAMIN BRASIL  
-AV. BERNARDO MANUEL  
-RUA MAJOR TELESFORO  
-RUA CENTO E TRINTA E SEIS  
-AV. NORTE SUL  
-RUA CENTO E VINTE DOIS  
-RUA E  
-RUA UM  
-RUA QUATRO  
-RUA ANTONIO ALEXANDRINO DOS REIS  
-AV. HEROIS DO ACRE  
-RUA DAS AROEIRAS  
-AV. PALESTINA  
-AV. PRUDENTE BRASIL  
-RUA MENOR JERONIMO  
-AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHK  
-AV. DEPUTADO PAULINO ROCHA  
-RUA CEL SACARIAS JOSÉ DE FRANÇA  
-AV. FREI CIRILO  
-RUA HOMEM DE MELO  
-RUA ARAUJO TORREAO  
AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE

Quilômetros percorridos: 25,8 KM.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 04  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE**

AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
RUA ARAUJO TORREÃO  
RUA HOMEM DE MELO  
AV. FREI CIRILO  
RUA GUILHERME TELEFONE  
AV. CAP. WALDEMAR PAULA LIMA  
RUA JORNALISTA ANTONIO PONTES TAVARES  
AV. DEP. PAULINO ROCHA  
AV. JUSCELINO KUBITSCHKE  
AV. DOS PAORÁS  
RUA DAS CARNAÚBAS  
AV. PAULISTINA  
RUA DOS JATOBAS  
AV. HEROIS DO ACRE  
RUA ANTONIO ALEXANDRINO DOS REIS  
RUA YASMIN CARDOSO  
RUA A  
RUA CINCO  
RUA E  
RUA CENTO E VINTE DOIS  
AV. NORTE SUL  
RUA AFONSO LOPES  
RUA MAJOR TELESFORO  
AV. BERNARDO MANUEL  
RUA BENJAMIN BRASIL  
RUA CEL JAIME ROLEMBERG  
RUA CINCO  
RUA DEZ  
RUA HOLANDA  
RUA CARLOS JUAÇABA  
RUA PRIMEIRO DE JANEIRO  
RUA CASEMIRO DE ABREU  
RUA ANTONIO BANDEIRA  
AV. GODOFREDO MACIEL  
RUA DINAMARCA  
RUA NEREU RAMOS  
AV. GENERAL OSORIO DE PAIVA  
RUA NAPOLEÃO QUEZADO  
RUA CÔNEGO DE CASTRO  
**RUA DOM HENRIQUE ( ESQUINA C/ DR. ESTÊNIO GOMES ).**

Quilômetros percorridos: 25,4 KM.

af

af

12/

ROTA DE TRANSPORTE Nº 05  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**-AV. DR. THEBERG**


- AV. LESTE OESTE
- RUA LUCAS PINTO
- RUA GOMES PASSOS
- AV. PASTEUR
- AV. FRANCISCO SÁ
- RUA ENGENHEIRO JOÃO NOGUEIRA
- RUA RAUL POMPEIA
- AV. SARGENTO HERMINIO
- RUA PE. ANCHIETA
- AV. BEZERRA DE MENEZES
- RUA JUSTINIANO DE SERPA
- AV. DOMINGOS OLIMPIOS
- AV. AGUANAMBI
- RUA MANOEL PADILHA
- RUA JOÃO LOBO FILHO
- AV. PONTES VIEIRA
- RUA CAPITÃO MELO
- RUA MONSENHOR SALAZAR
- BR-116
- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- AV. GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE**

Quilômetros percorridos: 23,9 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 05  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**–AV. GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )**

- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- BR – 116
- RUA PAULO FIRMEZA
- AV. SABINO MONTE
- RUA EDUARDO BEZERRA
- RUA JOSÉ VILAR
- RUA JULIO SIQUEIRA
- AV. BARÃO DE STURDAT
- AV. PONTES VIEIRA
- AV. VISCONDE DO RIO BRANCO
- RUA CEL. PERGENTINO PEREIRA
- RUA DOM SEBASTIÃO LEME
- RUA CORONEL SOLON
- RUA SALDANHA MARINHO
- RUA SOLON PINHEIRO
- AV. DOMINGOS OLIMPIO
- RUA JUSTINIANO DE SERPA
- AV. BEZERRA DE MENEZES
- RUA JOSÉ CANDIDO
- AV. SARGENTO HERMINIO
- AV. OLAVO BILAC





- AV. DR. THEBERGE
- AV. FRANCISCO SÁ
- RUA LUCAS PINTO
- RUA GOMES PASSOS
- AV. PASTEUR
- AV. LESTE OESTE ( ESQUINA C/ THEBERGE )




Quilômetros percorridos: 23,5 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 06  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- RUA MENEZES DE OLIVEIRA
- AV. CEL CARVALHO
- RUA JOAQUIM ALBANO
- AV. DEMETRIO MENEZES
- AV. MISTER HULL
- RUA AMADEU FURTADO
- AV. JOVITA FEITOSA ,
- AV. JOSÉ JATAHY
- RUA PE. CICERO
- AV. EDUARDO GIRÃO
- AV. DOS EXPEDICIONÁRIOS
- RUA ANDRE CHAVES
- RUA CEL. AMANCIO CAVALCANTE
- BR-116
- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )

Quilômetros percorridos: 23,8 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 06  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

- AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )
  - AV. MINISTRO JOSE AMERICO
  - AV. BERGE DE MELO
  - RUA MAJOR WEYNE
  - AV. JOÃO PESSOA
  - AV. DA UNIVERSIDADE
  - AV. 13 DE MAIO
  - AV. JOVITA FEITOSA
  - RUA ERICO MOTA
- 
- 
- 

- AV. BEZERRA DE MENEZES
- RUA MISTER HULL
- RUA ALCANTARA BILHAR
- RUA JOAQUIM ALBANO
- AV. CEL CARVALHO
- RUA TENENTE ELIEZER COSTA ( ESQUINA C/ MOZART PINHEIRO DE LUCENA)

Quilômetros percorridos: 22 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 07  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RUA RUI MONTE (ESQ. RUA CEL JOAQUIM FRANKLIN)**

- RUA CEL MATOS DOURADO
- RUA MONSENHOR HIPOLITO BRASIL
- RUA BRIGADEIRO TORRES
- RUA PROFESSOR EDGAR ARRUDA
- RUA ERNESTO PEDRO DOS SANTOS
- AV. LINEU MACHADO
- AV. CARNEIRO DE MENDONÇA
- RUA ESTADO DO RIO
- RUA AMAZONAS
- RUA PAPI JUNIOR
- RUA GUSTAVO BRAGA
- RUA CAPITÃO FRANCISCO PEDRO
- RUA PROFESSOR COSTA MENDES
- RUA JÚLIO CESAR
- RUA DESEMBARGADOR PRAXEDES
- AV. DOS EXPEDICIONÁRIOS
- RUA ALMIRANTE RUFINO
- RUA SATIRO DIAS
- RUA ALBERTO MAGNO
- RUA 15 DE NOVEMBRO
- AV. SENADOR CARLOS JEREISSATI
- BR-116
- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )

Quilômetros percorridos: 23 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 07  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**-AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )**

- AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- BR-116
- AV. ALBERTO CRAVEIRO
- AV. SENADOR CARLOS JEREISSATI
- RUA TRÊS MARIAS
- AV. PROFESSOR GOMES DE MATOS
- RUA CORONEL ALEXANDRINO



-RUA DESEMBARGADOR JOÃO FIRMINO  
-RUA DESEMBARGADOR PRAXEDES  
-AV. DOS EXPEDICIONÁRIOS  
-RUA ANDRE CHAVES  
-RUA SAMUEL UCHOA  
-RUA CARLOS CAMARA  
-RUA ALEXANDRE BARAÚNA  
-RUA MACHADO DE ASSIS  
-RUA PROFESSOR COSTA MENDES  
-RUA MAJOR PEDRO SAMPAIO  
-RUA ANTONIO MARTINS  
-RUA PAPI JUNIOR  
-RUA AMAZONAS  
-RUA RIO GRANDE DO SUL  
-AV. CARNEIRO DE MENDONÇA  
-AV. LINEU MACHADO  
-RUA JOCKEY CLUB  
-RUA BRIGADEIRO TORRES  
-AV. CARNEIRO DE MENDONÇA  
-RUA PE. SÁ LEITÃO  
-RUA FRANCO ROCHA  
-RUA PROFESSOR MIRAMAR DA PONTE  
-RUA SILVA BAIMA  
-AV. AUDIZIO PINHEIRO  
-RUA PROFESSOR PAULO LOPES ( ESQUINA. RUA ELESBÃO VASCONCELOS)

Quilômetros percorridos: 24,8 KM.

ROTA DE TRANSPORTE Nº 08  
TRAJETO RESIDÊNCIA – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

-AV. MINISTRO ALBUQUERQUE LIMA ( ESQ. RUA OITOCENTOS E CINQUENTA)  
-AV. L  
-AV. H  
-AV. G  
-AV. C  
-AV. E  
-AV.D  
-RUA DR. PERILO TEIXEIRA  
-AV. GENIBAÚ  
-AV. PORTO VELHO  
-RUA ALUISIO AZEVEDO  
-AV. AUGUSTO DOS ANJOS  
-RUA GOMES BRASIL  
-RUA EDUARDO GIRÃO  
-AV. DR. SILAS MUNGUBA  
-AV. DEP. PAULINO ROCHA  
-BR-116  
-AV. MINISTRO JOSE AMERICO  
-AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )

Quilômetros percorridos: 24,3 KM.



ROTA DE TRANSPORTE Nº 08  
TRAJETO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RESIDÊNCIA

**–AV.GENERAL AFONSO ALBUQUERQUE ( CAMBEBA )**

- -AV. MINISTRO JOSE AMERICO
- BR-116
- AV. DEPUTADO PAULINO ROCHA
- AV. DR. SILAS MUNGUBA
- AV. CARLOS AMORA
- RUA GOMES BRASIL
- RUA MARACANÃ
- RUA ARARIPE PRATA
- AV. AUGUSTO DOS ANJOS
- RUA JÚLIO BRAGA
- AV. LINEU MACHADO
- RUA ALOISIO AZEVEDO
- AV. PORTO VELHO
- AV. GENIBAÚ
- RUA JOSÉ MENDONÇA
- AV. D
- AV.E
- AV.C
- AV. H
- AV. L
- AV. MINISTRO ALBUQUERQUE LIMA ( ESQ. RUA SETECENTOS E TREZE)**

Quilômetros percorridos: 24,3 KM..

